



4210 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPED (2018)
GT09 - Trabalho e Educação

A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA ATUAL REFORMA DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO REGULAMENTADA NA LEI Nº 13.414 DE 2017.

David Breno Barros Cardozo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Francisca das Chagas Silva Lima - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a influência dos Organismos Internacionais-OI na educação brasileira, em especial, sobre a atual Reforma do Ensino Médio regulamentada pela Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Utilizamos como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica e documental. Destacou-se o Banco Mundial, CEPAL e a UNESCO, pontuando alguns aspectos dos documentos por eles produzidos que norteiam os rumos da educação dos países subdesenvolvidos, em especial a América Latina e o Brasil. A análise em questão estruturou-se através da perspectiva da crise do capital, reestruturação produtiva nos marcos da acumulação flexível e dos princípios neoliberais. Concluiu-se que é perceptível a conexão existente entre os OI e a necessidade de manter a lógica capitalista nos países em que esses organismos mantêm forte influência, haja vista, que identificamos correlações explícitas entre os estudos e documentos desses OI e a reforma do ensino médio em curso no Brasil.

Palavras-chaves: Neoliberalismo. Reforma. Ensino médio.

1 INTRODUÇÃO

O ensino médio tem sido um tema fértil no campo de pesquisa educacional brasileira. Segundo Cury (1991), os parâmetros da formação inicial e as contradições referentes à função do ensino médio pautadas na dualidade entre formação propedêutica e preparação para o ingresso no mundo do trabalho, exprime o contexto de luta de classes no modo de produção capitalista, ou seja, a exploração do trabalho pelo capital. Neste sentido, o presente artigo se propõe a analisar as relações entre as proposições dos Organismos Internacionais e a atual reforma do ensino médio brasileiro pela Lei nº 13.415/17.

Dentre os organismos bilaterais que influenciam a política educacional na América Latina e, especialmente no Brasil, destacamos o Banco Mundial composto pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Diante do exposto, o presente artigo propõe-se a analisar a atual reforma do ensino médio no Brasil, situando o contexto do neoliberalismo, haja vista, que é na configuração política e econômica deste conjunto de proposições, que se pautam as influências e orientações dos organismos internacionais.

2 SITUANDO A CRISE DO CAPITAL E A PRODUÇÃO FLEXÍVEL

A crise no modo de produção capitalista é uma qualidade intrínseca ao próprio desenvolvimento capitalista, portanto as crises configuram-se como a causa, o motor da recuperação econômica e da retomada da taxa de lucro. (MANDEL, 1977, apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). A configuração da crise estrutura-se em uma condição cíclica em que o capitalismo se desenvolve passando pelo momento da estabilidade, animação crescente, prosperidade, superprodução, craque, estagnação, estabilidade etc. (MARX, 1980, apud MONTAÑO; DURIGUETTO).

Na década de 70 do século passado o cenário mundial pautado no capitalismo monopolista norte-americano sob o padrão de acumulação fordista-keynesiana entrou em uma nova fase de crise manifestada, inicialmente, pela alta do preço do petróleo em 1973 e 1975. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Segundo os autores acima referenciados evidencia que se trata de uma crise:

[...] estrutural do sistema capitalista, e tem como raiz profunda o excesso de capacidade de produção que não encontra mais retorno nas vendas, o que, no início dos anos 1970, leva a uma forte queda da taxa de lucro, derivando em diversas manifestações e crises particulares. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011, p.184).

Dada à necessidade de garantir a manutenção dos lucros e combater a recessão que se abateu sobre a economia dos países dos anos 70 do século passado os capitalistas buscaram como aponta Cardozo (2009, p.75):

[...] construir novos modelos de produção através da introdução de inovações técnico-científicas na base de funcionamento dos instrumentos de trabalho que, por sua vez, rebatem nos métodos de produção, na gestão e organização das empresas, nas relações de trabalho e, diretamente, nos perfis de qualificação dos trabalhadores.

No que tange à organização da produção, o modelo de produção toyotista ou japonês caracteriza-se por uma produção em pequenos lotes norteada pela demanda dos consumidores e tendo como base um estoque mínimo. Do ponto de vista das relações de trabalho a

flexibilização insere-se em contraponto à rigidez do modelo fordista, tanto no que se refere à execução do trabalho quanto nas relações sindicais e no direitos trabalhistas.

Nesse contexto, a financeirização é outro aspecto a considerar, pois essa nova forma de acumulação do capital, pautada na especulação financeira em detrimento do investimento em amplos setores produtivos, estabeleceu-se como um processo em que as grandes corporações nacionais detentoras de capital agora se valem como aponta Cardozo (2009, p.72):

[...] de um sistema de máquinas eletrônicas e flexíveis para movimentar seus recursos, criar suas alianças, coordenar redes e circuitos, e desenvolver suas aplicações independentemente, ou até mesmo com o total desconhecimento dos governos nacionais

Dessa forma, a financeirização do capital passa a ser a tônica de acumulação no cenário da crise, haja vista, seu caráter mais flexível e de menos riscos aos grandes grupos industriais que, agora articulados às instituições financeiras passam a exercer o controle da acumulação. Tais grupos em monopólios com outras instituições estabelecem-se no contexto mundial como um novo bloco imperial que, segundo Montañó; Duriguetto (2011), é composto por: Estados-nações hegemônicos, pelos organismos internacionais que controlam o fluxo mundial do capital e pelas grandes corporações globais e empresas monopolistas internacionais.

Nesse contexto, o capital expande-se, pautado nos princípios ideológicos que dão sustentação ao modelo neoliberal, em direção a diferentes regiões e países com o discurso da globalização e livre circulação do mercado como os responsáveis pelo desenvolvimento econômico, político e social. Nesse processo, os Organismos Internacionais (OI) têm o importante papel de transmitir os pressupostos neoliberais principalmente aos países periféricos.

3 ORGANISMOS INTERNACIONAIS E REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Os Organismos Internacionais (OI) como expoentes mecanismos de elaboração e difusão da ideologia neoliberal veem na educação uma ferramenta imprescindível aos objetivos de manutenção da hegemonia do capital, através dos aspectos formativos dos indivíduos. Nesse sentido, considera-se importante destacar as propostas desses organismos para a educação brasileira e, sobretudo, para ensino médio, pois compreende-se que há nos discursos difundidos por tais OI uma lógica vinculada ao capital que, vem se ressignificando ao longo dos anos, a fim de manter suas influências e domínios na condução das políticas públicas para a educação.

A lógica capitalista presente nos documentos dos OI compreende a educação como uma mercadoria, ou seja, um mecanismo de lucro, na formação dos trabalhadores para atender à atual fase de acumulação flexível do capital.

No âmbito da formação humana, condiciona-se o aspecto formativo à produtividade respaldada na Teoria do Capital Humano (TCH). Segundo os intelectuais do Banco Mundial, a educação corresponde a uma maior igualdade entre as nações por meio da produtividade e, para tal fim é necessário que o Estado tenha como foco o ensino fundamental que é a “base de qualificação de mão-de-obra e, com extensão, para a elevação das taxas de crescimento econômico”. (SOSA 2014, p. 102).

No documento “*Transformación productiva con equidade*”, a CEPAL (1990), destaca a necessidade dos indivíduos, setores sociais e países tornarem-se competitivos adequando-se às exigências impostas pelo mercado. Além da adequação às exigências mercadológicas, esse documento postula a necessidade de adaptação dos indivíduos à lógica do mercado de trabalho, ou seja, que os sujeitos sejam conformados com as demandas da produção capitalista.

Essa conformação à lógica capitalista pode ser observada na atual reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), pelo descrédito a algumas disciplinas, pois a ênfase é dada à obrigatoriedade das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nos três anos de ensino médio para as (BRASIL, 2016). A Lei 13.415/17 corrobora com a visão ideológica neoliberal disseminada pelos OI ao promover uma formação reduzida de elementos fundamentais para que os alunos questionem, entendam e critiquem a realidade que os cerca.

Para Krawczyk e Ferreti (2017, p. 38), a reforma curricular posta na Lei 13.415/7 é:

[...] uma nova forma de distribuição do conhecimento socialmente produzido, colocando o ensino médio a serviço da produção de sujeitos técnicos e subjetivamente preparados do ponto de vista instrumental, tendo em vista os interesses do capital.

Em se tratando do Banco Mundial Helena Altmann (2002), destaca que além do foco no ensino fundamental, o Banco Mundial promove o incentivo às políticas de descentralização e centralização das avaliações dos sistemas escolares. A descentralização é pautada no discurso da autonomia institucional da comunidade escolar, ofuscando a desresponsabilização do Estado na oferta e na qualidade do ensino. Isso significou segundo Junior e Maués (2014, p. 1140):

[...] a responsabilização crescente das instituições escolares pelo rendimento escolar de seus alunos, a partir de parâmetros de avaliação definidos externamente e maior racionalização nos gastos, incluindo o incentivo à captação de recursos via parcerias público-privadas e via projetos voluntários [...].

A atual reforma do ensino médio brasileiro possibilitou o fomento às parcerias público-privadas, principalmente na oferta da educação profissional, além da realização de convênios para cursos à distância (BRASIL, 2016). Assistimos cada vez mais a “hegemonia de uma perspectiva pragmática e mercantilizada do ensino médio público”. (SILVA; SHEIBE, 2017, p. 27). A iniciativa privada ganha então mais espaço na educação pública brasileira, traçando diretrizes para a educação profissional aliada aos interesses do mercado.

O Banco Mundial reforça o discurso da privatização da educação, pois em seu documento Sumário Executivo que trata da Estratégia 2020 para a Educação com o título “*Aprendizagem para todos – investir nos conhecimentos e competências de pessoas para promover o desenvolvimento*”, destaca que:

No âmbito do Grupo do Banco Mundial, o Banco Mundial e a IFC (Sociedade Financeira Internacional) trabalharão em conjunto para aumentar o conhecimento sobre o papel do setor privado na educação e ajudar os países a criar ambientes de política e estruturas normativas que alinhem os esforços do setor privado, por meio de parcerias estratégicas nos níveis tanto internacional como dos países, a fim de melhorar os sistemas educacionais. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 9).

Outro documento que merece nossa atenção a fim de estabelecermos conexões com a atual reforma do Ensino Médio brasileiro é o *Sumário Executivo do Banco Mundial de título “Atingindo uma educação em nível mundial no Brasil: próximos passos*. Esse documento publicado em 2010 declarou os avanços da educação brasileira entre os anos de 1995 a 2010, mas propôs as seguintes medidas: “reforma do currículo, treinamento, grandes investimentos em infraestrutura para apoiar um dia escolar mais longo e eliminar o ensino noturno. (BANCO MUNDIAL, 2010).

Ressaltamos, ainda que, a alteração curricular ao priorizar as disciplinas Matemática e Português nos três anos do ensino médio, atrela-se as perspectivas de avaliação da educação brasileira por meio de indicadores externos. O exame do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prioriza os conhecimentos

dos alunos em matemática, leitura e ciências, o que nos faz perceber, a importância dada pela reforma no currículo com o objetivo de melhorar o desempenho do Brasil no PISA, conforme podemos evidenciar no parágrafo terceiro do artigo 35-A da Lei N° 13.415/2017. (BRASIL, 2017).

Outro ponto que ressaltamos é questão da ampliação do tempo de permanência do aluno na escola “um dia mais longo” no ensino médio com investimento em infraestrutura, proposto pelo Banco Mundial, cuja diretriz é prevista na Lei 13.415\17 que instituiu a Política de Fomento à Educação Integral para as escolas de ensino médio, com base no repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e Distrito federal pelo prazo de dez anos por escola (BRASIL, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo deste trabalho, observa-se o processo de reconfiguração do Estado e das reformas educacionais tem com finalidade atender aos requisitos da reestruturação produtiva necessária à manutenção da hegemonia capitalista. Nesse processo, evidencia-se o movimento ideológico neoliberal que direciona as políticas normativas a favor dos detentores do capital, reforçando as desigualdades econômicas.

Dentre os mecanismos responsáveis por difundir a ideologia neoliberal destacou-se os Organismos Internacionais-OI que ao longo dos anos têm orientado as políticas econômicas e educacionais de países em desenvolvimento com a finalidade de contribuir com a manutenção da lógica capitalista. No Brasil, desde a década de 90 do século passado, assiste-se à influência marcante dos OI nas políticas educacionais e, no presente momento em que se dá a reforma do ensino médio por meio da Lei N° 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, notamos a presença dos ideais neoliberais haja vista, todo movimento em torno da descentralização da educação brasileira, conferindo aos Estados, acentuando as possibilidades de privatização do ensino público, abrindo mercados para as empresas privadas na área da educação, ampliando as perspectivas de acumulação do capital sem ter como foco principal a perspectiva da formação integral dos alunos. Desse modo, a formação dos alunos fica mais fragmentada, diante de uma reforma curricular via itinerários formativos que inferioriza certos componentes curriculares fundamentais para a construção de pensamento crítico.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun. 2002.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos**- Investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento. Estratégia 2020 do grupo Banco Mundial. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>.

BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos**. Sumário executivo. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>.

BRASIL. Lei 13415 de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em 20 fev. 2018.

CARDOZO, Maria José P. Barros. **A reforma do ensino médio e a formação dos estudantes** desvelando as ideologias das competências e da empregabilidade. São Luís: Edufma, 2009.

CEPAL. **Transformación productiva com equidad**. Santiago do Chile: CEPAL, 1990.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Alguns apontamentos em torno da expansão da qualidade do ensino médio no Brasil In: **Ensino Médio como Educação**. Brasília: Cortez, 1991.

SILVA, Mônica Ribeiro da; SHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. In: **Retratos da Escola**. Brasília, v11, n.20 jun. 2017. Semestral. p. 19-31

KRAWCZYK, Nora; FERRETI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. In: **Retratos da Escola**. Brasília, v. 11, n. 20, jun. 2017. Semestral. p.33-44.

MANDEL, Ernest. **Tratando de economia marxista**. México: Serie popular Era, 1977.

MARX, Karl. **O capital (crítica da economia política)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.